

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	95.933	60.750	CIRCULANTE	2.060
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	95.483	60.344	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 8c)	1.643
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 8b)	450	406	Dividendos a Pagar (Nota 7d)	315
			Outras Obrigações	102
NÃO CIRCULANTE	48.751	50.955	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.624
Propriedade para Investimentos (Nota 6)	48.751	50.955	Capital Social:	
			- De Domiciliados no País (Nota 7a)	55.000
			Reservas de Lucros (Nota 7c)	87.624
TOTAL	144.684	111.705	TOTAL	144.684

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	
	2012	2011	Legal	Reservas de Lucros
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36.821	35.060	3.457	23.103
Receitas de Aluguel	36.821	35.060	-	-
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(1.344)	(1.280)	-	-
Impostos Incidentes sobre Receita Bruta	(1.344)	(1.280)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35.477	33.780	-	-
CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)	-	-
Depreciação (Nota 6)	(2.205)	(2.205)	-	-
LUCRO BRUTO	33.272	31.575	-	-
RECEITAS OPERACIONAIS	6.188	4.708	-	-
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	6.188	4.708	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(192)	(153)	-	-
Despesas Tributárias	(2)	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(190)	(153)	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	39.268	36.130	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8a)	(6.086)	(5.391)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.182	30.739	-	-
Número de Ações	70.836.340	70.836.340	-	-
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	468,43	433,94	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS	36.821	90,6	35.060	93,7
1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	36.821	90,6	35.060	93,7
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(161)	(0,4)	(126)	(0,3)
Serviços de Terceiros	(36)	(0,1)	(33)	(0,1)
Outros	(125)	(0,3)	(93)	(0,3)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	36.660	90,2	34.934	93,3
4 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.205)	(5,4)	(2.205)	(5,9)
Depreciação	(2.205)	(5,4)	(2.205)	(5,9)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	34.455	84,8	32.729	87,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.188	15,2	4.708	12,6
Receitas Financeiras	6.188	15,2	4.708	12,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	40.643	100,0	37.437	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	40.643	100,0	37.437	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	7.461	18,3	6.698	17,9
Federais	7.459	18,3	6.698	17,9
Municipais	2	-	-	-
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	33.182	81,7	30.739	82,9
Dividendos	315	0,8	292	0,8
Lucros Retidos	32.867	80,9	30.447	82,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2011		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.268	36.129		
Depreciação	2.205	2.205		
Lucro Líquido Ajustado	41.473	38.334		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(792)	(443)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.250)	(5.265)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	35.431	32.626		
Dividendos Pagos	(292)	(233)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(292)	(233)		
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	35.139	32.393		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	60.344	27.951		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	95.483	60.344		
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	35.139	32.393		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2011		
Lucro Líquido do Exercício	33.182	30.739		
Total do Resultado Abrangente	33.182	30.739		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma empresa que tem como objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS APLICADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Passivos Financeiros

A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstram a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por *impairment* são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômico estimado dos bens. A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A recuperação das propriedades por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

2.9) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferença entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.11) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de Risco é realizado por área especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota 6 - Propriedade para investimento - Valor de mercado.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1)	8	17
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	95.475	60.327
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	95.483	60.344

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADSCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A	3
SAO CARLOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	7
VALE DO PARANÁ S/A - ALCOOL E AÇÚCAR	12
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	5

Diário Oficial Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 51
São Paulo, terça-feira, 19 de março de 2013

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Em 31 de dezembro de 2012			
	Valor de Aquisição	Depreciação	Custo Atualizado (Contábil)	Valor de Mercado
Edificação.....	55.121	(12.861)	42.260	140.000
Terrenos.....	6.491	-	6.491	150.000
Total	61.612	(12.861)	48.751	290.000

	Em 31 de dezembro de 2011			
	Valor de Aquisição	Depreciação	Custo Atualizado (Contábil)	Valor de Mercado
Edificação.....	55.121	(10.657)	44.464	140.000
Terrenos.....	6.491	-	6.491	150.000
Total	61.612	(10.657)	50.955	290.000

As Propriedades para Investimento são representadas por imóveis locados à empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar tais imóveis ao custo histórico menos a provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Em 31 de dezembro de 2012 o valor de mercado das Propriedades para Investimento montava em R\$ 290.000.

O valor de mercado foi elaborado, adotando-se o critério de "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, emitido em 16/04/2010 pela empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio.

As despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis montam R\$ 2.205 (2011 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 36.821 (2011 - R\$ 35.060).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social está totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias.....	70.836.340	70.836.340
Total	70.836.340	70.836.340

Em Assembleia Geral de 12 de abril de 2012, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 2.250, elevando-o de R\$ 52.750 para R\$ 55.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a consequente alteração do "caput" do Art. 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de Lucros	87.624	57.007
- Reserva Legal (1).....	6.653	4.994
- Reserva Estatutária (2).....	80.971	52.013

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	2012		2011	
	Valor	% (1)	Valor	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	33.182		30.739	
Reserva Legal	(1.659)		(1.537)	
Base de Cálculo.....	31.523		29.201	
Dividendos mínimos obrigatórios	315		292	
Total dos Dividendos	315	1,0	292	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 6.086 (2011 - R\$ 5.391) foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 450 (2011 - R\$ 406).

c) Impostos e Contribuições a Recolher no montante R\$ 1.643 (2011 - R\$ 1.580), referem-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 1.123 (2011 - R\$ 1.080), Contribuição Social R\$ 406 (2011 - R\$ 391), PIS R\$ 20 (2011 - R\$ 19) e Cofins R\$ 93 (2011 - R\$ 90).

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	6.188	4.708
Total	6.188	4.708

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ediais e Publicações	125	93
Serviços de Terceiros	36	33
Contribuição Sindical Patronal.....	29	27
Total	190	153

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	17	-
Dividendos a Pagar:				
Andorra Holdings Ltda.	315	-	292	-
Receitas de Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	36.821	-	35.060

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
b) Em dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis, ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC – 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 18 de março de 2013



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A.....	3
SAO CARLOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.....	7
VALE DO PARANÁ S/A ALCÓOL E AÇÚCAR.....	12
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	5

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.
Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.
www.imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP



RELATÓRIO ANUAL

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO	
	2012	2011
CIRCULANTE	95.933	60.750
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	95.483	60.344
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota Bb).....	450	406
NÃO CIRCULANTE	48.751	59.955
Propriedade para Investimentos (Nota 6).....	48.751	59.955
TOTAL	144.684	111.705

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36.821	35.060
Receitas de Aluguel.....	36.821	35.060
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(1.344)	(1.280)
Impostos Incidentes sobre Receita Bruta.....	(1.344)	(1.280)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35.477	33.780
CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)
Depreciação (Nota 6).....	(2.205)	(2.205)
LucRO BRUTO	33.272	31.575
RECEITAS OPERACIONAIS	6.188	4.708
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	6.188	4.708
DESPESAS OPERACIONAIS	(192)	(153)
Despesas Tributárias.....	(8)	(15)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10).....	(190)	(138)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	39.268	36.130
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8a)	(6.086)	(5.391)
LucRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.182	30.739
Número de Ações.....	70.836.340	70.836.340
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	468,43	433,94

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.268	36.129
Depreciação.....	2.205	2.205
Lucro Líquido Ajustado	41.473	38.334
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(792)	(443)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(5.250)	(5.265)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	35.431	32.626
Dividendos Pagos.....	(292)	(233)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(292)	(233)
Redução/(Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	35.139	32.393
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	60.344	27.951
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	95.483	60.344
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	35.139	32.393

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) **CONTEXTO OPERACIONAL**
A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma empresa que tem como objetivo a administração, liquidação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é parte integrante da Organização Brasileira, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) **Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) **Moeda funcional e de apresentação**
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) **Passivos Financeiros**
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Tais passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.5) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**
a) **Ativos financeiros avaliados a custo**
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser restituídos de modo confiável.

b) **Ativos financeiros avaliados a valor justo**
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é determinado com base no maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste de valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa ou UGC, ou grupo que não é grande parte independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo agrupado é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de maneira pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.7) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não há incerteza quanto ao recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes são reconhecidos somente se divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** são reconhecidos somente se prováveis e mensuráveis com suficiente segurança. Quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Físicos decorrentes de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) **Propriedade para Investimento**
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilizando na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levem em consideração o tempo e a vida útil econômico estimado dos bens.

A Companhia revisa periodicamente a estimativa de vida útil e valor residual das propriedades para investimentos. Quando a vida útil econômica for diferente da estimada, o custo incluído despesa que é diretamente atribuído à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A recuperação das propriedades por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

2.9) **Lucro por ação**
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferença entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potencialmente diluíveis.

2.10) **Reconhecimento da Receita**
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo no primeiro obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) **Imposto de Renda e Contribuição Social**
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 5%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos financeiros diferidos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Os créditos tributários sobre ações temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012		2011	
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária
CIRCULANTE	2.660	1.843	1.643	1.580
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota Bc)	2.660	1.843	1.643	1.580
Dividendos a Pagar (Nota 7d).....	-	-	315	292
Outras Obrigações.....	-	-	102	76
OUTROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.024	109.757	142.024	109.757
Capital Social.....	-	-	-	-
- De Domiciliados no País (Nota 7a)	-	-	55.000	57.000
Reservas de Lucros (Nota 7c).....	-	-	87.624	57.007
TOTAL	144.684	111.705	144.684	111.705

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Acumuladas	
Saldos em 31.12.2010	52.750	3.457	23.103	-	79.310
Redução do Capital.....	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	30.739	30.739
Destinações: Reservas Estatutárias.....	-	1.537	-	(1.537)	-
- Reservas Estatutárias.....	-	-	28.910	(28.910)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 3,46 por lote de mil ações).....	-	-	-	(292)	(292)
Saldos em 31.12.2011	52.750	4.994	52.013	-	109.757
Aumento de Capital.....	2.250	-	(2.250)	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	33.182	33.182
Destinações: Reservas Legais.....	-	1.659	-	(1.659)	-
- Reservas Estatutárias.....	-	-	31.208	(31.208)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 3,46 por lote de mil ações).....	-	-	-	(315)	(315)
Saldos em 31.12.2012	55.000	6.653	80.971	-	142.624

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro		%	%
	2012	2011		
1- RECEITAS	36.821	35,060	90,6	93,7
1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços.....	36.821	35,060	90,6	93,7
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(161)	(126)	(0,4)	(0,3)
- Outros.....	(36)	(53)	(0,1)	(0,1)
- Outros.....	(125)	(73)	(0,3)	(0,3)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (+/-).....	36.660	34.934	90,2	93,3
4- DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÕES.....	(2.205)	(2.205)	(5,8)	(5,9)
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO.....	34.455	32.729	84,8	87,4
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	6.188	4.708	15,2	12,6
7- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	6.188	4.708	15,2	12,6
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL.....	40.643	37.437	100,0	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	7.461	6.698	18,3	17,9
- Municipais.....	2	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	33.182	30.739	81,7	82,9
- Dividendos.....	315	292	0,8	0,8
- Lucros Retidos.....	32.867	30.447	80,9	82,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

Lucro Líquido do Exercício	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício.....	33.182	30.739
Total do Resultado Abrangente.....	33.182	30.739

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais

De acordo com a Lei nº 1.914/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas alterações à Lei nº 11.638/07, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Transitório de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) **GERENCIAMENTO DE RISCOS**
A Companhia é parte integrante da Organização Brasileira, sendo que seu gerenciamento de Risco é realizado por área especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de planejamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência da administração.

3.1) **Valor Justo de ativos e passivos financeiros**
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2
Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com entrada de dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas que não são financeiras e certos contratos de derivativos.

4) **USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos a revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam significar resultado de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na Nota 6 - Propriedade para investimento - Valor de mercado.

5) **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	8	17
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	95.475	60.327
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	95.483	60.344

(1) Referem-se a depósito bancário à vista.
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Brasileira ou empresas a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Brasileiro S.A.

6) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Em 31 de dezembro de 2012		Valor de Mercado
	Valor de Aquisição	Depreciação	
Total	55.121	(12.861)	42.260
Edificação.....	55.121	(12.861)	42.260
Terranos.....	6.491	-	6.491
Total	61.612	(12.861)	48.751

	Em 31 de dezembro de 2011		Valor de Mercado
	Valor de Aquisição	Depreciação	

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 450 (2011 - R\$ 406).
c) Impostos e Contribuições a Recolher no montante R\$ 1.643 (2011 - R\$ 1.580), referem-se ao Imposto de Renda no montante de R\$ 1.123 (2011 - R\$ 1.080), Contribuição Social R\$ 406 (2011 - R\$ 391), PIS R\$ 20 (2011 - R\$ 19) e Collins R\$ 93 (2011 - R\$ 90).

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	6.188	4.708
Total	6.188	4.708

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Edifícios e Publicações	125	93
Serviços de Terceiros	36	33
Contribuição Sindical Patronal	29	27
Total	190	153

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	17	-
Dividendos a Pagar:				
Andorra Holdings Ltda.	315	-	292	-
Receitas de Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	36.821	-	35.060
Total				
		36.821		35.060

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
b) Em dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis, ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC – 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria.

Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 18 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zeniko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0



• Precisamos discutir o Brasil. Isso não pode ser um incômodo, nem tratado com intolerância.
Eduardo Campos (PSB), governador de Pernambuco.

Royalties: STF suspende nova divisão.

Ministra Cármen Lúcia deferiu liminar suspendendo eficácia da lei que muda a distribuição. O pedido tinha sido feito pelo Rio, maior produtor de petróleo do País.

A ministra Cármen Lúcia deferiu ontem à noite liminar a favor do Rio de Janeiro suspendendo a eficácia da lei que muda a distribuição dos royalties do petróleo até o julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido de suspensão foi feito na sexta-feira passada pelo Estado, maior produtor de petróleo do País. O argumento dos fluminenses é que só neste ano o governo estadual e seus municípios perderiam R\$ 4 bilhões em arrecadação. Pelo regimento do STF, a decisão agora precisará ser referendada pelo plenário do tribunal.

A decisão suspende integralmente a lei, tanto para os campos já em fase de produção quanto para os que ainda não foram licitados. Cármen Lúcia: "Pelo exposto, na esteira dos precedentes, em face da urgência qualificada comprovada no caso, dos riscos objetivamente demonstrados da eficácia dos dispositivos e dos seus efeitos, de difícil desfazimento, defiro a medida cautelar".

VETO DE DILMA – A mudança na distribuição dos royalties do petróleo foi aprovada pela Câmara dos Deputados no ano passado. A presidente Dilma Rousseff vetou as



A ministra do STF Cármen Lúcia ordenou na noite de ontem a suspensão da nova regra de distribuição dos royalties do petróleo

mudanças que afetavam campos já licitados, mas o Congresso derrubou esse veto no início deste mês. A decisão final do Legislativo foi promulgada na sexta-feira passada e no mesmo dia os produtores de petróleo pediram ao STF a suspensão dos efeitos da nova lei por meio de liminar e a declaração de inconstitucionalidade da nova divisão.

Além de proteger as receitas dos produtores até que o plenário da Corte adote um posicionamento sobre o tema, a decisão da ministra pode ter impacto no calendário de leilões de petróleo que o governo federal pretendia fazer neste ano, com licitações em maio e novembro. Como foram suspensos também os artigos que tratam dos campos a

Janeiro afirma que sofre de perseguição por parte de outros entes da Federação. "Sob impulso aflito da necessidade pecuniária, a Lei 12.734/2012 consumou uma deslealdade federativa, constituindo um exemplo acadêmico de tirania da maioria, de derrota da razão pública pela paixão política", diz trecho da ação.

serem licitados, poderá haver problema jurídico em se fazer a concorrência sem a definição de mérito do Supremo Tribunal Federal.

ROMBO NO CAIXA – Para sensibilizar a Corte, os produtores de petróleo destacaram o rombo que a mudança na distribuição pode causar em seus caixas. Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo estimaram em R\$ 89 bilhões a frustração de receitas dos Estados e municípios até 2020 com a implementação da medida. Eles argumentam que o pagamento de royalties é uma compensação pela produção e que uma mudança das regras interferindo nos campos que já estão em produção fere o direito adquirido, o equilíbrio orçamentário, o pacto federativo, entre outros princípios constitucionais.

PERSEGUIÇÃO – Na ação que serviu de base para a decisão da ministra Cármen Lúcia, o Estado do Rio de Janeiro afirma que sofre de perseguição por parte de outros entes da Federação. "Sob impulso aflito da necessidade pecuniária, a Lei 12.734/2012 consumou uma deslealdade federativa, constituindo um exemplo acadêmico de tirania da maioria, de derrota da razão pública pela paixão política", diz trecho da ação.

Rio e Espírito Santo festejam

A notícia de que a ministra Cármen Lúcia atendeu ao pedido do Rio foi comemorada pelo governador fluminense Sérgio Cabral (PMDB), que, em nota oficial, afirmou que

"a decisão da ministra Cármen Lúcia resgata o valor mais importante da Constituição de 1988: o seu profundo compromisso com o Estado Democrático de Direito". O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), também por meio de nota oficial, afirmou que a medida "restabelece o princípio da legalidade e mantém o di-

reito constitucional dos Estados produtores de petróleo". O Espírito Santo acredita que será beneficiado com a decisão do STF de acatar o pedido liminar do Rio contra a posição do Congresso relativa aos royalties do petróleo. Agora, a expectativa é por uma decisão definitiva do STF em favor dos Estados produtores.

Renan quer ver a liminar

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem que será defendida no Supremo Tribunal Federal (STF) a posição do Legis-

lativo de alterar a lei dos royalties. Renan disse que ainda quer conhecer o teor da liminar da ministra Cármen Lúcia suspendendo a eficácia da nova lei: "Vamos aguardar o exato teor da liminar e vamos, no prazo determinado, conceder todas as informações, sempre na defesa da manifestação da maioria dos congressistas".

Renan afirmou que não via qualquer "surpresa" na concessão da liminar por parte da ministra Cármen Lúcia. Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), os produtores agora precisam defender a manutenção dos critérios atuais de distribuição de recursos que os beneficiam para obter decisão favorável também no fim do processo.

Campos critica e PSDB debate

Para o governador Eduardo Campos (PSB-PE), potencial candidato ao Palácio do Planalto no ano que vem, suas críticas ao governo federal não podem ser tratadas com "intolerância" nem ser vistas como um "incômodo".

"O PSB renunciou a uma candidatura no primeiro turno para ajudar o governo. Em todas as votações no Congresso, o PSB foi quem mais ajudou, sobretudo em questões políticas. Agora, precisamos discutir o Brasil. Isso não pode ser um incômodo, nem tratado com intolerância".

PSDB PARA AÉCIO? – Em meio ao debate interno sobre o papel do ex-governador José Serra no PSDB, aliados do senador mineiro Aécio Neves defenderam ontem que o ele seja eleito presidente do partido. Eles não admitem que o cargo seja cedido ao paulista. Já o governador Geraldo Alckmin segue linha

diferente. Em reunião com a bancada de deputados federais do PSDB, o governador adotou cautela e disse avaliar que a presidência do partido pode não ser boa para o senador mineiro.

No final da semana passada, aliados de Serra pediram a presidência do PSDB para ele. O tucano disse que não autorizou ninguém a negociar em seu nome e não declarou se teria interesse no cargo. O ex-governador tem mantido conversas com o PPS e ameaça deixar o PSDB.

Alckmin ainda disse que a presidência do partido pode ser uma fonte de problemas burocráticos para Aécio e que ele deveria se dedicar a percorrer o País. Alckmin é potencial candidato à Presidência em 2018 e não tem interesse em entregar o controle total do partido para o grupo de Minas Gerais.

Cuago Matos/Folhapress



Eduardo Campos diz que suas críticas ao Planalto não podem ser encaradas "com intolerância".